

700 882

Biblioteca - Unemat - PLA



00014016

**BIBLIOTECA  
UNEMAT**  
Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT  
RG N.º 14016  
Data 019 / 08 / 2009  
( ) Compra (x) Doação ( ) Permuta

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE LINGUAGEM  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS

**Eliane Rodrigues de Farias**

**INCLUSÃO ESCOLAR: O TRABALHO DOCENTE E A FORMAÇÃO DOS  
PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO/ APRENDIZAGEM  
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.**

Pontes e Lacerda / MT  
2008 / 02

376  
F224i  
25.01

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE LINGUAGEM  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS

**Eliane Rodrigues de Farias**

**INCLUSÃO ESCOLAR: O TRABALHO DOCENTE E A FORMAÇÃO  
DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO / APRENDIZAGEM  
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Pontes Lacerda, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Letras. Orientadora: Prof. Dra. Rosely Aparecida Romanelli.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Selma Cavalcante Kirsch  
Departamento de Letra de Pontes e Lacerda – MT

---

Professora Ms. Tereza de Pazos da Silva  
Departamento de Letras de Pontes e Lacerda – MT

---

Professora Dra. Rosely Aparecida Romanelli – Orientadora  
Departamento de Letras de Pontes e Lacerda - MT

Dedico a Deus, aos meus familiares e amigos que me incentivaram e apoiaram durante a minha trajetória acadêmica e, principalmente pela paciência e compreensão nos momentos em que não pude estar presente junto a eles.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu vida, saúde, sabedoria, discernimento e forças para enfrentar todos os obstáculos e provações durante esse percurso e na realização deste sonho tornando-o real.

Ao maior presente que Deus me deu meus queridos e amados filhos: Jéssica, Ingrid, Vanderson (Juninho) e Terezinha. A mamãe conseguiu e vocês com a graça de Deus também vão conseguir! Deus os abençoe eu amo vocês demais!

Aos meus queridos e amados pais: Valter e Aurora, que sempre me incentivaram, me ouvindo, me aconselhando e apoiando. Por terem a certeza da minha determinação, capacidade e força de vontade na luta para conquistar meus objetivos. Deus os abençoe!

Amo você pai e Amo você mãe!

Ao meu Vovozinho José Pedro Rodrigues que amo e não esqueço jamais! Que me ensinou a rezar e falar com Deus todos os dias da minha vida... E agora está com Deus!

Aos meus queridos e amados irmãos Valtinho e Valdir que sempre em vida, me amaram e sempre acreditaram na minha capacidade. E agora estão com Deus!

Aos meus queridos e amados irmãos Lilian e Airton que Deus os abençoe agora e sempre por tudo o que fizeram por mim.

A minha cunhada Jeanete que sempre esteve ao meu lado, me dando a maior força e acreditando em mim e no meu potencial. Deus te abençoe!

A minha cunhada Maria que sempre me incentivou não desistir e lutar por meus ideais. Deus a abençoe!

Aos meus queridos e amados sobrinhos e sobrinhas que a tia Eliane ama tanto, e que sempre me incentivaram dizendo: A senhora vai conseguir tia! Deus os abençoe!

Ao meu bom Amigo companheiro Pedro por me ajudar nos momentos mais difíceis deste final de curso! Deus o abençoe!

A querida e amada lembrança do meu professor BENI de Língua Portuguesa na 5ª série A, com seus 63 anos de idade, que ao ler minhas Composições com seus óculos na ponta do nariz, dizia: "Um dia vou ler um livro escrito por você!" e eu não entendia aos meus 11 aninhos, porque o professor Beni me dizia isso? Hoje que o senhor BENI está com Deus eu lhe digo: Professor BENI serve uma Monografia? Nunca vou te esquecer...

A minhas queridas e amadas professoras Tereza Pazos e Valmira Sodré por serem verdadeiras amigas e me incentivarem a prosseguir rumo a está conquista e sendo as inspiradoras na escolha de meu tema monográfico. Deus as abençoe!

A minha querida e amada amiga orientadora Profª Drª Rosely Aparecida Romanelli pelo carinho, paciência, atenção e dedicação com que me auxiliou e orientou. Deus a abençoe!

A minhas queridas e amadas professoras Selma Kirch, Lara, Carmem Zirr e Vanessa Faria que me acompanham deste o início do curso sempre me ouvindo e me incentivando com carinho, paciência e atenção. Deus as abençoe!

A todo o Corpo Docente e aos funcionários da UNEMAT que sempre foram atenciosos e amigos, sempre me incentivaram e acreditaram na minha conquista. Muito Obrigado! Deus abençoe a todos por tudo que me fizeram nesta jornada. Valeu!...

Aos meus colegas acadêmicos que sempre me incentivaram e acreditaram em mim! Deus os abençoe!

A todos que participaram e colaboraram nesta pesquisa. Deus os abençoe!

E por fim a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o cumprimento desta etapa de minha vida. Deus os abençoe!

Que Deus pai abençoe aos que um dia, manusear e ler esta monografia, que ela seja um material de reflexão para os que um dia pretendem ser futuros professores!....

Mas, não é apenas na esfera do político que o professor deve atuar. A escola tem um papel que lhe é inerente q que foi historicamente constituído. Cabe a ele transmitir às gerações o legado cultural. [...] Para além do seu papel político e do seu conhecimento da ciência e do homem ele precisa ainda ser conhecedor do mundo. Precisa ser portador de ética que sustente a vida, mais que isto, que lute por uma vida onde o homem não seja escravo do homem. Isto é utópico? Não creio. Creio, ao contrário que este pode ser o caminho para a construção de uma nova sociedade onde todos tenham direitos e deveres que digam respeito a si e aos outros. (Professora Ms. Tereza de Pazos da Silva).

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo pesquisar, analisar e identificar como está sendo feito o Trabalho Docente e a Formação dos professores, mais especificamente inclusão social dos portadores de Necessidades Especiais nas Escolas Públicas. Percebemos que ao professor é colocada a responsabilidade na sala de aula do ensino/aprendizagem dos alunos ditos "Normais" bem como os alunos portadores de Necessidades Especiais. No entanto, nos cursos de Licenciatura Plena nossos futuros docentes não estão preparados e qualificados para atender os requisitos da inclusão na educação especial. As Escolas Públicas não estão totalmente transformadas na sua infra-estrutura (espaço físico) e com materiais de recursos didáticos que atendam as demandas escolares. A comunidade escolar (professores) necessita de Curso de Capacitação de Educação Inclusiva e Social e mais conscientização do governo no âmbito político social administrativo. Além do mais há também a necessidade da contratação de profissionais do campo da psicologia, fonologia, dentre outros tanto na grade Curricular das Universidades, como também para atenderem as Instituições Escolares. Na prática, ativa e cotidiana que envolve toda a Comunidade Escolar bem como nossos alunos especiais precisamos envolver os pais e a sociedade para caminhar em busca de melhorias nas escolas. Almejamos com este trabalho contribuir para a reflexão, conscientização, dedicação, despertando o senso crítico e avaliativo acerca da seriedade e responsabilidade da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade e o papel fundamental dos professores na educação, pois antes de ser um aluno especial estamos lidando com seres humanos.

**Palavras-chave:** inclusão, formação docente, alunos, sociedade.

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO ..... 09

I – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE ..... 11

II- A ÉTICA E QUALIFICAÇÃO DO EDUCADOR PARA INCLUSÃO DOS  
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS ..... 21

III – ANÁLISE DE CAMPO ..... 32

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 46

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 48

ANEXOS ..... 50

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade pesquisar, refletir, questionar, analisar, e propagar um dos temas mais discutidos que se refere à política sobre a Educação Inclusiva e social, visto que este processo passa por grandes transformações nas escolas de rede regular do ensino público.

Pensar na Inclusão nos remete a vários segmentos rotulados pela sociedade que sofrem com o preconceito e a discriminação mediante as diversidades éticas e culturais no país.

A inclusão transforma-se num marco histórico que visa à igualdade de direitos e oportunidades a todos, dando acesso à educação no ensino/aprendizagem e garantia de um futuro mais promissor.

No entanto, podemos perceber que para que tantas mudanças se efetivem na educação é de suma importância conhecer como está sendo feito o trabalho docente e ainda, como está sendo a formação dos professores para atenderem os alunos portadores de necessidades especiais e as escolas se estão se adaptando para os alunos portadores de necessidades especiais (PNEs).

A presente pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro traz um breve relato sobre a política de Inclusão-Educacional e Social no âmbito escolar, mostra como tem se dado esse processo inclusivo e, sobre o trabalho docente e também mostra como estão atuando nossas escolas.

No segundo capítulo aborda a ética profissional, a qualificação dos professores que atuam ou vão atuar como professor dos portadores de necessidades especiais (PNEs) e como se dá esse processo no ensino/aprendizagem.

Finalmente, o terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo realizada em duas escolas estaduais e duas escolas municipais, do município de Pontes e Lacerda que envolvem

oitos professores que atuam em escolas de Rede de Ensino Público, para nos integrar e conhecermos como está sendo feito o trabalho docente ou a prática pedagógica.

Utilizamos como apoio teórico autores/pesquisadores envolvidos com a educação inclusiva, destacamos dentre eles, Mantoan (2001), (2006) e (2008), Mazzotta (1993), Severino (2003) Morin (2000), Freire (1996), Silva (2005), Betti (2006), Mittler (2000), Barbosa (2003), dentre outros. Os documentos analisados foram: Declaração dos Direitos Humanos (2008), Declaração da Salamanca (2008), Leis de Diretrizes e Bases (2001), Escola Ciclada de Mato Grosso (2000), Parâmetros Curriculares Nacional para Portadores de Necessidades Especiais (1999), dentre outros.

Os teóricos juntamente com os documentos citados forneceram informações explícitas e dados importantes sobre a Inclusão Escolar, bem como sobre o trabalho docente e a formação dos professores na educação especial.

## I – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE

Meu objetivo não está em ser consistente em relação às minhas afirmativas anteriores sobre uma determinada questão, e sim em ser consistente em relação à verdade, tal como ela se me apresenta num determinado momento. O resultado é que eu evolui de verdade em verdade... (Mahatma Gandhi. In. MAZZOTTA, 1993)

Este trabalho de pesquisa aborda um dos temas mais discutidos e preocupantes da educação do Brasil hoje, que se refere à Política de Inclusão Educacional e Social.

Visto que esse tema é bastante abrangente, pois se trata da questão da Diversidade Étnico Cultural, nos limitaremos ao que se refere a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas, como se dá o processo educacional, como vem sendo feito o trabalho docente, e a formação dos professores em Licenciatura Plena que se encontram, conforme mostram os estudiosos no assunto, despreparados, sem qualificação para atenderem os alunos portadores de necessidades especiais, bem como as Instituições Escolares não estão inteiramente aptas no atendimento adequado. Segundo a educadora Edília Coelho, *é a escola que deve se adaptar as diferentes crianças*. O que observamos na integra é que a inclusão é um desejo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, desde 1996, tenta tirar do papel a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art.58 á 60 que garantem aos portadores de deficiência o direito de estudar em escolas comuns; e dos Profissionais de educação art. 61 á 67, da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), que garante *a formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis de modalidade desde ensino*. Leis que garantem o direito dos alunos e dos professores que na prática não funcionam, pois nas instituições escolares faltam estruturas físicas adequadas e materiais específicos para atender a cada aluno portador de alguma necessidade de acordo com sua especificidade; além do já mencionado despreparo docente. Segundo afirma Santos.In. *O Desafio das diferenças nas escolas* da autora Mantoan (2006):

A escola é uma realidade histórica em processo contínuo. É preciso que seja atendida como uma instituição voltada para a realização da prática pessoal e social, contextualizada nas dimensões espacial e temporal, revestida de caráter contraditório e complexo. É preciso privilegiar sua abordagem como processo, não um produto acabado. A escola não é, e, sim, está sendo. Neste contexto concreto é que a questão da inclusão escolar e social deve ser pensada. De forma provocativa, Boaventura Souza Santos assim se expressa: 'Temos o direito a ser iguais quando a nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza'. (SANTOS In: MANTOAN, 2008, p.147)

Vemos mudanças ocorrendo na educação, e como mudanças geram conflitos, há os prós e contra. Embora seja uma mudança extremamente benéfica é bastante complexa, requerendo empenho e paciência no trabalho de reestruturação e organização que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem.

Percebemos então que o mediador da constituição dessa nova educação inclusiva e a docente, visto que é através de seu precioso e árduo empenho que se dará a realização deste projeto. Assim como, também devem ser analisados os projetos pedagógicos da escola, para implementação de recursos que atenderam às necessidades especiais das diversidades de cada educando na escola, garantindo participação igualitária o quanto possível, de acordo com as possibilidades destes educandos; em consequência a educação especial adquirirá uma nova significação.

Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, ou seja, para os portadores de necessidades especiais, mas especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras e de se ensinar adequadas à heterogeneidade dos aprendizes serem compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos. Mantoan (2008) afirma que, em resumo, o atendimento educacional especializado, ou educação especial:

Não é o único direito das pessoas com deficiência, mesmo daquelas que possuam graves limitações, pois todo ser humano é titular do direito à educação que compreende, para crianças e adolescentes, o acesso e a permanência em ambiente ,

escolar oficial e não separado por grupos de pessoas, que vise ao pleno desenvolvimento humano e o preparo para exercício da cidadania. Deve ser adotado quando realmente exista uma necessidade educacional especial, ou seja, algo do qual os alunos sem deficiência não precisam. Devem ser oferecidos preferencialmente no mesmo ambiente (sala de aula) freqüentado pelos demais alunos exemplo: intérprete de língua de sinais, computadores com teclados adaptados ou sistema de voz, mas sem substituição do professor comum. Se houver necessidade de ser oferecido à parte, que isto ocorra sem dificultar ou impedir que crianças e adolescentes com deficiência tenham acesso às salas de aula do ensino comum, no mesmo horário que os demais alunos as freqüentam. Não pode ser confundido com atendimentos clínicos, os quais, mesmo quando necessários com prejuízo da freqüência escolar, mantêm intacto o direito do aluno ao seu lugar educacional, que é no ambiente comum. Não deve ser adotado de forma o abrigatória, ou como deficiência ao ensino comum. (MANTOAN, 2008, p. 24).

Como futuros professores precisamos nos adequar às diversidades que vamos encontrar numa Instituição Escolar, buscando através de leitura, pesquisas e cursos enriquecer nosso conhecimento com o auxílio das teorias e práticas pedagógicas, encontrando caminhos que cooperem, auxiliem e possibilitem na preparação de uma sociedade mais justa, reflexiva, crítica e participativa. Penso que o auxílio da psicologia na educação especial é de suma importância para garantir o êxito no perfil docente, bem como na formação dos segmentos que compõem a comunidade escolar.

A Secretária de Educação Especial, Sr<sup>a</sup>. Cláudia Pereira Dutra, salienta que a Educação Especial passa por processos de mudanças na perspectiva de implantação de sistemas educacionais inclusivos, possibilitando o espaço na sala de aula do ensino regular para inserção dos alunos com necessidades especiais, e não mais em salas especiais segregadas, como ocorria antes. Mas para que esse processo funcione é necessário a colaboração e o empenho de gestores públicos e profissionais da educação, objetivando a constituição de igualdade de condição de acesso e permanência na escola. Pois, segundo Mantoan:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades do ensino, tipo de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir novamente, espelhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos

retraçando. [...] Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores e especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe. (MANTOAN, 2008, p.14-16)

No entanto, existem outros obstáculos à consecução de um ensino especializado no aluno, que implicam na adequação de novos conhecimentos originários das investigações atuais em educação e intervenções tipicamente escolares, que têm uma vocação institucional específica para sistematizar os conhecimentos acadêmicos, as disciplinas curriculares. De fato, nem sempre os estudos e as comprovações científicas são diretamente aplicáveis à realidade escolar e as implicações pedagógicas que podemos retirar de um novo conhecimento também precisam ser testadas e analisadas, para afirmar sua eficácia no domínio do ensino / aprendizagem escolar.

Percebemos também que no que diz respeito à elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, todos os segmentos que compõem a Comunidade Escolar devem participar em sua elaboração, bem como colocar-se a par de quaisquer mudanças ou alterações que sejam necessárias, para que haja cumplicidade objetivamente nas adaptações progressivas do currículo escolar levando em consideração cada especificidade que encontramos nos alunos portadores de necessidades especiais. Conforme ressalta o Estatuto da Escola Ciclada de Mato Grosso:

[...] As necessidades especiais revelam que tipo de ajudas diferentes, das usuais é requerido de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas no Projeto Pedagógico da Escola, não por meio de um currículo novo, mas da adaptação progressiva do currículo regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de sua programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer. (SEDUC, 2000. p.55)

A professora Susan Stainback da universidade de Northen, nos EUA, no artigo publicado na revista da Educação Especial, discute o papel do professor e as mudanças pedagógicas ocorridas em sala de aula. Ela ressalta que a tarefa do professor é ensinar o aluno a buscar o conhecimento, visto que o professor não ficará para sempre ensinando o aluno. Ao professor cabe a função de facilitador da aprendizagem, e para que isso aconteça se faz necessário que o docente procure recursos e técnicas para fornecer informações e trabalhar o currículo de maneira que os alunos tenham capacidade de conduzir suas necessidades de aprendizagem.

Para o docente surge o desafio de descobrir alternativas para lidar com cada aluno na sua necessidade dentro da sala de aula, visto que alguns deles necessitam de habilidades específicas ou equipamentos como recursos que facilitem o ensino/aprendizado dos alunos portadores de necessidades especiais, são materiais que na maioria das escolas não são encontrados, dificultando o trabalho dos professores que muitas vezes precisam criar outros meios para amenizar a situação. Muitas vezes, o professor vai em busca de recurso por si mesmo, por exemplo, como cursos especializados particulares, pois raramente o governo oferece, dificultando ainda mais o trabalho docente. Entretanto, não são todos os professores que dispõem de tempo, devido suas cargas horárias, pois dele é cobrado assiduidade profissional, como também dispor de seu salário com os custos na realização de cursos especializados.

Neste trabalho, vamos centrar nossas reflexões no trabalho docente e na formação de professores de educação especial, através de leituras de autores que nos proporcionem soluções satisfatórias principalmente para os que atuam ou vão atuar como professores nas diferentes áreas de ensino de 1º e 2º graus ou os especialistas em educação.

Vemos a necessidade de buscar fundamentação teórica como forma de atender as práticas docentes, procurando assim repensar, analisar, pesquisar, refletir e posicionar – se

sobre qual o perfil que vamos adotar frente aos desafios e perspectivas que criamos ao longo do curso e que tipo de profissional vão nos tornar.

Entendemos que é de suma importância sabermos mais sobre a nossa responsabilidade e a nossa atuação como futuros docentes, sobre a formação no ensino/aprendizagem de nossos alunos e como prepara-los para a sociedade. No que diz respeito ao processo de formação Mazzotta (1993) afirma que:

Com relação ao professor de educação especial, ora se indica que ele deve ser formado mediante um preparo básico de professor primário, complementado por uma especialização em nível de 2º grau para uma das áreas específicas da educação especial, ora que deve ser habilitado em curso superior de pedagogia, ou especializado através de cursos de pós – graduação. [...] Além disso, o sentido e o conteúdo desta formação têm sido poucas vezes caracterizados e conhecidos. A esse respeito, é oportuno lembrar que o professor de educação especial não constitui uma duplicação do psicólogo, do oftalmologista, do terapeuta ocupacional, do psiquiatra, do fonoaudiólogo ou de outros profissionais médicos, para médicos ou “para – educacionais”. É um professor, que deve lecionar o mesmo que ensinou ou continua ensinando aos alunos “normais”, desde os hábitos mais elementares e as habilidades de ler, escrever e contar, até as ciências, os estudos sociais, a Educação Física etc. O trabalho que lhe compete, segundo a prescrição legal, reveste – se de um nítido e exclusivo sentido pedagógico. [...] Encarando – se a educação especial como um serviço público que visa a incorporação de segmentos especiais da população ao sistema escolar, torna – se ainda mais evidente sua importância no conjunto de ações que objetivam a democratização do ensino. Enquanto prática social explicitada nas políticas públicas brasileiras, a relevância do conhecimento mais profundo possível de sua função no cenário educacional. (MAZZOTTA, 1993. p: 02)

A área das Necessidades Educativas Especiais foi criada com o interesse explícito contra toda e qualquer discriminação, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultas com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação.

Na Conferência mundial sobre as necessidades Educacionais Especiais, noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais se reuniram na cidade de Salamanca na Espanha com o intuito de firmar através deste encontro o compromisso em prol da Educação para todos. Com isso criaram medidas de apelo a todos os governos, comunidades e organizações internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura), o fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) que sancionem a perspectiva da escolaridade inclusiva apoiando assim o desenvolvimento da educação de alunos com necessidades especiais. Como parte integrante de todos os programas educativos no fortalecimento da sua cooperação e trabalho visando um apoio mais eficiente aos portadores de necessidades educativas especiais.

A Declaração de Salamanca foi criada com o objetivo de propiciar a inclusão para todos, num diálogo entre as nações, por um caminho viável para solucionarmos as diversidades existentes entre todas as sociedades, independente de sua Diversidade Étnico Cultural.

Esta Declaração desafia a escola a ser integradora, a promover integração e participação essenciais à dignidade humana e para o exercício da cidadania; a fim de oferecer estratégias educacionais que possibilitem igualdades de oportunidades. A Declaração de Salamanca (1994) no tocante a acreditar e proclamar no item 2 salienta que:

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades. As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo – qualidade, de todo o sistema educativo. (SALAMANCA, 2008).

No Brasil, a inclusão encontra respaldo no Art.5 da constituição Federal aliado ao art.208 – Direito a educação. Já a LDB 9394/96 definiu:

[...] a Educação Especial como uma modalidade de Educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino e a resolução de CNE (conselho Nacional da Educação) 02/2001 regulamentou seus artigos 58,59 e 60, garantindo aos alunos

com necessidades educacionais especiais o direito de acesso e permanência no sistema regular de ensino. (MEC – Saberes e Práticas da Inclusão, vol.1, 2003, p.05).

E ainda a mesma lei assegura que: [...] *a educação, dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade, solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.* (LDB. 9394/96)

Diante disso, entendemos que a rede regular de ensino, deve oferecer para os portadores de necessidades especiais integração em salas comuns e /ou apoio em salas especiais e capacitação dos docentes para que se assegurem currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para capacitar a integração desses alunos, uma vez que não é o deficiente que precisa se adequar à sociedade, mas sim a sociedade às pessoas tidas como “diferentes” ou “especiais”. Maria Tereza Eglér Mantoan, afirma em seu artigo *Integração Inclusão – Escola (de qualidade) para todos*:

Ocorre que os dois vocábulos-integração e inclusão - conquanto tenham significado semelhante, estão empregados para expressar situações de inserção diferentes e tem por detrás posicionamentos divergentes para consecução de suas metas. A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras, quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhe são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sócias, filosóficos e outros. O emprego do vocábulo encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para deficientes, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residência para deficientes. Por tratar-se de uma construção histórico recente, que data dos anos 60, a integração sofreu a influência dos movimentos que caracterizaram e reconsideraram outras idéias, como as de escolas, sociedade, educação. O número crescente de estudos referentes há integração escolar e o emprego generalizado do termo têm levado a muita confusão a respeito das idéias que cada caso encerra. (MANTOAN, 2008. p.02).

Percebemos que o termo inclusão, não é incompatível com o de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. Segundo Mantoan:

[...] O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é de não deixar ninguém no exterior ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam as dificuldades na escola, mais apóiam a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (Idem, 2008. p. 02 e 03)

Diante de todas as garantias determinadas em forma de leis, percebe-se que mais do que o direito à educação, hoje se conhece o direito às oportunidades educacionais. Desta forma, a extensa escala de diferenças individuais existentes entre educandos a serem atendidos nas instituições escolares exige que haja uma diversidade também de meios disponíveis no sistema escolar, a fim de se assegurar o atendimento desse direito, bem como várias modificações no sistema de ensino / aprendizagem principalmente na qualificação profissional de todos os segmentos que compõem a Instituição Escolar, como: diretores, professores, coordenadores pedagógicos e outros profissionais ligados à educação. Destamos a necessidade de que o governo veja que, todos estão envolvidos diretamente com a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas e que, não apenas compete a toda Comunidade Escolar. Mas, à sociedade como um todo, fazer com que funcione a inclusão, não esquecendo há outros segmentos além dos portadores de necessidades especiais, que também fazem parte e compõem o quadro estatístico do direito a inclusão escolar. Não adianta o aluno especial estar matriculado na escola no ensino regular e forçar o aluno a adaptarem-se à realidade dos ditos alunos “normais”, mais sim adaptar as escolas às diferentes crianças.

Um dos pontos mais difíceis e mais freqüentemente encontrados pelos educadores refere-se à decisão sobre a necessidade especial de cada aluno, para a conveniência, e adequação na realização do atendimento escolar, e são classificados como “deficientes

mentais educáveis”, pois dependendo do grau da deficiência a indicação, através das situações especiais de educação ou mediante a via comum de ensino.

## II – A ÉTICA E A QUALIFICAÇÃO DO EDUCADOR PARA A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. Carregamos em nós está tripla realidade. Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana. (MORIN, 2000, p. 17)

Infelizmente há ainda escolas e profissionais envolvidos na educação que infelizmente segregam e excluem alguns alunos, a prova disso é que ainda há escolas que não aderiram à inclusão e não atendem os alunos portadores de necessidades especiais. Como também temos professores que são contra a idéia de inclusão e não aceitam alunos especiais em sala de aula, infelizmente rotulam e caracterizam-nos como deficiente e acreditam que são incapazes por possuírem alguma necessidade especial, o que não significa que não podem aprender, conhecer e saber.

O que percebemos na íntegra é o desinteresse de alguns professores, que em alguns casos escolares, não aceitam a inclusão ou, acomodam-se deixando que outro professor defenda a causa e seja o único a lidar com os alunos especiais, sem que haja participação, esquecendo que ser professor é atender a diferentes alunos. Estes professores desconhecem a ética profissional, o amor, o respeito, o valor, a competência, a dedicação e a humildade, não consideram que somos seres humanos, ninguém é perfeito, e a condição de deficiente não significa incapacidade.

Sabemos que a regulamentação no ensino regular das escolas públicas veio ratificar, ou seja, comprovar a obrigação dos governos estaduais e municipais de investirem mais na educação especial, pois misturar em uma mesma classe alunos especiais e crianças “normais”

não é um processo fácil. Vencer as barreiras dos preconceitos é das principais dificuldades que enfrentamos na sociedade.

Para a professora Edília Coelho Garcia, que conhece o tema bem de perto, em *Literatura - Primeiras Letras* de Luiz Carlos Amorim sobre *Crianças Especiais: Educação inclusiva: uma escola para crianças especiais*, In. Mantoan (2006) afirma que:

[...] as escolas ainda não estão preparadas para cumprir a Constituição que determina a obrigatoriedade da matrícula de portadores de deficiências em escolas regulares. Diria que os professores não estão preparados. São raras as exceções. De um modo geral, os professores não estão preparados nem para atender às crianças regulares. Mais acredito que a capacitação dos professores para lidar com estas crianças especiais resultará na preparação para atendimentos às crianças regulares. Nossa escola é muito elitista. A escola recebe uma criança favelada, originária de bolsões de pobreza, filha de analfabetos, muitas vezes sem nunca ter visto ninguém ler em sua casa. E a professora quer que aquela criança se comporte como ela quer que fale como ela fala. A criança poderá aprender a certamente irá aprender, mas precisará de um atendimento diferente de outro, avaliou a professora. (AMORIM, 2008, p.01)

Em primeira instância está o compromisso e responsabilidade dos que atuam ou vão atuar como educadores (docentes), da importância fundamental de assumirem um grande desafio de construírem uma escola de qualidade, mas também é de suma importância que nossas escolas se façam nesta construção é preciso por em prática o respeito à conscientização dos valores humanos. Não havendo em hipótese alguma a discriminação ou preconceito, pois vamos lidar com alunos que trazem consigo um contexto de vida diferenciado seja ele um aluno dito normal ou especial, não devemos jamais esquecer que estamos lidando com seres humanos e cabe a nós professores a responsabilidade de prepará-los para a sociedade.

Sabemos que falta, e muito, o apoio do Governo nas ações participativas e administrativas dos fatores: sociais, econômicos e políticos, e das cobranças impostas aos que atuam na educação, mas não podemos nos entregar à submissão, ao comodismo, à conformação, isso seria desistir nossos ideais, de tudo que aprendemos ao longo do percurso

do Curso Universitário como formadores de opinião. Na obra *Preparação técnica e formação ético – político dos professores*, Antônio Joaquim Severino afirma que:

Quando se fala da formação do educador, no entanto, impõe-se clarear bem a questão. Não se trata apenas da sua habilitação técnica, da aquisição e do domínio de um conjunto de informações e de habilidades didáticas. Impõe-se ter em mente a formação no sentido de uma autêntica *Bildung*, ou seja, da formação humana em sua integridade. No caso da formação para a atividade profissional do educador, ela não pode ser realizada desvinculadamente da formação integral da personalidade humana do educador. Daí a maior complexidade dessa função social, já que ela implica muito mais, em termos de condições pessoais, do que outras profissões nas quais a atividade técnica do profissional de uma certa autonomia em relação à sua própria qualificação pessoal. Sem dúvida, esperar-se de todo e qualquer profissional que tenha todas as qualidades específicas exigidas pelo convívio social, tecido de respeito pela dignidade das outras pessoas. Esse é teoricamente, e em princípio, o perfil que deveria ser realizado por todas as pessoas que atuam profissionalmente. Mas, no caso do profissional educador, para que sua atividade educativa seja fecunda, sua personalidade, sua condição pessoal exigem esse perfil, pois, caso contrário, os objetivos de sua intervenção técnica não se efetivaram (SEVERINO, 2003, p.74-75).

Vemos que as mudanças exigidas pela inclusão gerarem conflitos e preocupação por parte de todos os envolvidos no sistema educacional e que os professores assumem o papel de mediadores no âmbito de tantas transformações que se fazem necessários, para que a política de inclusão social educacional seja concretizada. Contudo, temos que admitir que no processo de inclusão do acesso de todos às escolas, *sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir* (MANTOAN, 2008, p.39). Provavelmente, isto vai depender única e exclusivamente da capacidade e do interesse do alunado normais ou especiais? Seguramente na função de mediador dada ao professor no desempenho de sua função profissional, bem como na política de inclusão nas escolas, vemos a necessidade da formação continuada dos professores para que estejam aptos e qualificados na elaboração de projetos de novas propostas pedagógicas. De modo a atender com mais eficácia a diversidade dos alunos, bem como atenderem aos alunos portadores de necessidades especiais. Vemos esse direito assegurado por lei, confirma Maria Tereza Eglér Mantoan e Rosângela Gavioli Pietro que estão envolvidas nos projetos de pesquisas de Inclusão Escolar:

Um dos âmbitos que explicitam as orientações para a formação continuada de professores está no plano do instituído legalmente. Dessa maneira, analisaremos as diretrizes nacionais, para a formação continuada de professores para atendimento de alunos com necessidades especiais nas classes de referência serão: a lei nº. 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, que apresenta o Plano Nacional de Educação (PNE 01), e a resolução nº. 2 do CNE/ Câmara de Educação Básica (CEB), de 11 de Setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. O conhecimento sobre o ensino de alunos com necessidades especiais não pode ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriado pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos. Todavia, se consideramos que o atendimento do referido alunado em classes comuns é a determinação privilegiada nos últimos anos, podemos afirmar que ainda há muitos professores do sistema de ensino com pouca familiaridade teórica e prática sobre o assunto. Muitos deles, quando completavam seus estudos para o exercício do magistério, não tiveram acesso a esses conhecimentos, o que era tratado em estudos complementares realizados no geral em habilitações do curso de pedagogia. (MANTOAN e PIETRO, 2006, p.58).

Na Formação Docente há curso específico para formação de professores excepcionais ou de educação especial para atenderem as escolas especiais e nas escolas públicas do ensino regular, professores formados em outras modalidades de nível superior para atenderem à todos, estando explícito que irão atender de acordo com o grau da deficiência e dos cuidados necessários a indicação através das situações especiais de educação. Se houver gravidade o aluno será encaminhado para as escolas especiais. No entanto, se apresentarem condições de adequação para o ensino/aprendizagem o mesmo será matriculado nas escolas de rede pública do ensino regular. Existe o Decreto-lei que assegura o direito para a formação de professores excepcionais ou de educação especial. Confirma Marcos Mazzotta que:

A formação de professores excepcionais ou de educação especial, no Estado de São Paulo, ocorreu durante mais de uma década como especialização de nível de 2º Grau. Tal especialização realizada após o curso normal de formação de professores primários, teve seus primeiros fundamentos legais no Decreto-lei 16.392, de 2/12/1946 e na “consolidação das Leis do Ensino” instituída em 1947 pelo Decreto-lei nº. 17.698. Para melhor compreensão da evolução da formação de professores de excepcionais é importante também assinalar que, em decorrência da Lei nº. 4.024 / 61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estado de São Paulo, o conselho Estadual de Educação (CEE) pela Resolução CEE nº. 07/63 estabeleceu a duração do curso normal em três anos, em nível colegial, iniciando-se a profissionalização a partir da 1ª série do curso. Estabeleceu ainda que o sistema paulista deveria oferecer, “em nível pós-normal, especialização em técnicas pedagógicas diferenciadas, tais como professores de Educação Pré-primária.

Orientadores Educacionais para o curso primário, professores para excepcionais físicos ou mentais,cegos, ambliopes, surdos e afásicos, adolescente e adultos, e professores para o ensino normal de disciplinas ou Práticas Educativas não constantes das secções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, contando este último com quatro anos de duração. (MAZZOTTA, 1993, p.62).

Sabemos que a inclusão dos portadores de necessidades especiais tornou-se um grande desafio e percebemos que o desenvolvimento profissional de educação inicial de professores até a posição do diretor de escola ou de postos mais avançados. Assim incluindo cada professor em serviço bem como os membros do Conselho de representante na escola, os políticos e os legisladores tanto no âmbito local como nacional.

Ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão, pois todos têm algo a aprender sobre ela. Sendo uma meta a ser alcançada com o propósito que durante esta jornada, os professores vão construir e ampliar suas habilidades sobre as experiências que já possuem, mas com o objetivo de alcançar todas as crianças e suas necessidades especiais no ensino/aprendizagem.

Os professores também têm o direito de esperar apoio e oportunidades para seu desenvolvimento profissional nesse caminho, da mesma maneira que os pais e mães têm o direito para esperar que suas crianças sejam ensinadas por professores cuja capacitação preparou-os para ensinar a todas elas.

Ocorre que a maioria dos professores tem muito conhecimento e habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva, mas o que está faltando é confiança em sua própria competência. Isso acontece, em parte, por falta de treinamento e poucos professores tiveram a oportunidade local, porque alguns alunos foram enviados para escolas especiais ou para escolas independentes (particulares) sendo assim, cria-se em torno desta situação, a falta de interesse de alguns professores de não ir em busca de capacitação, pois acreditam que o problema poderá ser resolvido por outros meios. Peter Mittler afirma que:

Essa atitude, de forma alguma, justifica a lamentável falta de oportunidade de capacitação que foram disponibilizadas até agora, mas representa uma base para futuras oportunidades de desenvolvimento profissional sobre os fundamentos que já existem. Muitos de nós, envolvidos na educação de professores de necessidades especiais, parecem ter assumido que os professores das escolas regulares sabem pouco ou nada sobre as crianças com necessidades especiais ou sobre como incluí-las em escolas regulares. Embora isto seja o que os próprios professores freqüentemente acreditam, nesse setor, os tutores deveriam ser os últimos a recorrer ao próprio modelo patológico (modelo médio) de educação dos professores e os primeiros a praticar o que eles pregam quanto a construir a aprendizagem sobre os pontos fortes. (MITTLER, 2003, p.184)

Percebemos que os professores precisam de oportunidade para refletir mais sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. Sabemos que, no percurso histórico Educacional, várias foram as transformações e mudanças decorrentes do desenvolvimento evolutivo por que passam todas as Nações, Estados, Municípios na formação de uma sociedade como um todo. É preciso tomar consciência de que os segmentos que compõem a diversidade Étnica Cultural fazem parte da sociedade em que vivemos, são seres humanos que precisam de mais atenção.

Na implementação de qualquer tipo de inovação é necessário criar oportunidades para reflexão e discussão entre os segmentos que compõem toda a Comunidade Escolar, indo a buscando soluções cabíveis na realização de Projetos Político/Pedagógicos, nos Currículos Escolares na Formação continuada dos professores e Coordenadores Pedagógicos, na Qualificação dos Profissionais ligados à educação e participação dos pais ou responsáveis na elaboração dos Projetos Escolares, pois todos estão envolvidos direta ou indiretamente na inclusão de uma Comunidade e na formação de uma sociedade mais justa. Luzia de Cássia Betti afirma que:

Falar de escola é falar de educação, e falar de educação é falar de gente. Não há educação fora das sociedades humanas e não há gente no vazio. Acreditamos que foi e é sempre importante não perder de vista muita coisa que já criamos, e também não perder de vista as falas, experiências, estudos, análises, diálogos, que nos

antecederam. Em uma palavra, nosso compromisso é transformar as escolas de nossa rede para que as tornem verdadeiramente inclusivas, capazes de viver com contradições, capazes de respeitar a diversidade e de buscar a unidade nas relações entre as pessoas. (BETTI, In. MANTOAN, 2001, p.159).

Conforme Mantoan (2008, p.14) as diferenças culturais, a diversidade humana vem sendo cada vez mais desvelada e destacada e se tornando condição imprescindível para entendermos, como aprendemos e como compreendermos o mundo e a nós mesmo. Será através das diferenças que vamos encontrar novos conhecimentos, pois cada ser humano tem em seu propósito conhecimento, idéias, pensamentos e vida diferentes uma das outras, pois sempre estamos aprendendo algo novo e, porque não, diferente.

Nesta busca do ensino/aprendizagem nos deparamos com a inclusão nas escolas. Aprendemos a ensinar segundo a hegemonia e a primazia dos conteúdos acadêmicos e temos naturalmente, muita dificuldade de nos refrear nos processos ressignificação de nosso papel, seja qual for o nível de ensino em que atuamos ou vamos atuar, é o que nos leva a refletir Mantoan (2008, p.10). Para esta autora é fundamental que tenhamos bem claro nosso sonho educacional, ou melhor, o objetivo que queremos atingir ao dedicar horas, dias, anos de nossas vidas a ensinar, pois na função de professores sempre haverá desafios, e as inovações irão sempre surgir, exigindo que nos posicionemos diante de mais essa crise de paradigma que enfrentaremos. Segundo Mantoan:

Seja ou não uma mudança radical, toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza e insegurança, mas também de muita liberdade e ousadia para buscar outras alternativas, novas formas de interpretação e de conhecimento que nos sustentem e nos norteiem para realizar a mudança. É o que estamos vivendo no momento. Nosso modelo educacional mostra, há algum tempo, sinais de esgotamento mais é nesse vazio de idéias que acompanha a crise paradigmática que surge o momento oportuno das transformações necessárias. O tecido da compreensão não se trama apenas com os fios do conhecimento científico. Como Santos (1995) nos aponta, a comunidade acadêmica não pode continuar apesar que só há um único modelo de cientificidade e uma única epistemologia 7 e que, no fundo todo o resto é um saber vulgar um senso comum que ela contesta em todos os níveis de ensino e de produção do conhecimento. A idéia de que nosso universo de conhecimento muito mais amplo que aquele que cabe no paradigma da ciência moderna trás a ciência para um campo de luta mais igual, em que ela tem de

reconhecer outras formas de entendimento, aproximar-se delas e perder a posição hegemônica em que se mantém ignorando o que foge aos seus domínios. (MANTOAN, 2008, p.14-15).

Percebemos que inclusão ainda continua nas mais deveras e perversas maneiras, e na maioria das vezes está em jogo a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber. Sabemos que a escola se democratizou quando abriu espaço para novos grupos, mas não aos novos conhecimentos como afirma Mantoan (2008, p.15), por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela varia e, assim, entende que a democratização é a massificação de ensino.

A escola não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes instâncias e pistemológicas, não se abre a novos conhecimentos que, até então, não couberam nela. Contudo, sabemos que a escola é o ambiente onde o professor desempenha suas funções didáticas. Para que ele consiga realizar sua prática pedagógica é necessário que além de dar continuidade em sua formação continuada, também a escola seja reorganizada, pois os dados do projeto político-pedagógico esclarecerão ao diretor, professores, coordenadores, funcionários e pais sobre a clientela e os recursos, humanos e materiais, de que a escola dispõe, bem como na preparação do Currículo Escolar. Mantoan ressalta que:

Os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas e serão revistos e modificados com base no que for definido pelo projeto político-pedagógico de cada escola. Sem os conhecimentos levantados por esse projeto, é impossível elaborar currículos que reflitam o meio sociocultural do alunado. Como essas experiências variam entre os alunos, mesmo sendo membros de uma mesma comunidade, a implantação dos ciclos de formação é uma solução mudarem os critérios de agrupamento escolar atuais. (MANTOAN, 2008, p. 46).

Na visão inclusiva, acredita-se que o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora a sala de aula, no entanto, sabemos que os alunos aprendem nos seus limites, de acordo com sua capacidade de entender os conteúdos, mas se o

ensino for, de fato, de boa qualidade. Com certeza o professor deverá levar em conta essas limitações e explorar convenientemente as possibilidades de cada aluno. É de suma importância que saibamos agir com realismo e coerência e admitirmos conforme explicita Mantoan (2008, p. 47), *que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados*. Infelizmente ainda ocorre nos dias atuais, que no favoritismo dos elitistas as melhores oportunidades ou melhores posições sociais terão maiores chances no desenvolvimento intelectual. Segundo as afirmações de Mantoan: *Eis aí um grande desafio a ser enfrentado quando nos propomos a reorganizar as escolas, cujo paradigma é meritocrático, elitista, condutista e baseado na transmissão dos conhecimentos, sem que se considere o quanto eles podem ser acessíveis ou não aos alunos*. (MANTOAN, 2008, p.47).

Cabe então aos professores saber como posicionar-se diante dessas dificuldades, procurando trabalhar uma metodologia que atenda as necessidades de seus alunos de forma igualitária, sem que haja discriminação ou preconceito, criando um ambiente propício interagindo com os alunos buscando recursos necessários para facilitar/adaptar as atividades escolares. A alguns alunos podem apresentar dificuldades no ensino/aprendizagem, mas sabemos que não há como prever quais dificuldades apresentou cada aluno, mesmo que utilizemos um Método Condutista (Método de Investigação Psicológica),

Não há como adivinhar qual será a atitude que tomarão os alunos, pois na teoria encontramos o conhecimento, mas na prática nem sempre obtemos os mesmos resultados, pois o que para alguns alunos pode ser a solução para outros pode não surtir efeitos. Cabe então ao professor encontrar os meios para facilitar, adaptar, inovar e criar métodos eficazes que atendam as necessidades e diversidade de seus alunos. Segundo as afirmações de Mantoan:

É certo que não se consegue predeterminar a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem construídos pelos alunos nem facilitar/adaptar as atividades

escolares para alguns, porque somos incapazes de prever, de antemão, as dificuldades e as facilidades que cada um poderá encontrar para realizá-las. É o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele pode regular o processo de construção intelectual. A maioria dos professores não pensa assim, nem é alertada para esse fato. E se apavora, com razão, ao perceber alunos com deficiência ou problemas de aprendizagem em suas turmas, pois prevê como será difícil dar conta das diferenciações exigidas por um pretense ensino inclusivo. (MANTOAN, 2008, p. 47).

No entanto, podemos recriar espaços educativos de trabalho escolar em sala de aula, os quais se encontram muitas vezes marcados pela individualização das tarefas. Ocorre que, na maior parte do tempo, o aluno encontra-se sozinho em sua carteira, mesmo que as atividades propostas sejam comuns a todos.

Nas experiências de trabalho coletivo ou em grupos diversificados, observamos que mudará o cenário educativo, pois exercitará a capacidade dos alunos em tomarem decisões na escolha das tarefas a serem realizadas. Nesta divisão ocorrerá o compartilhamento entre os grupos, criando assim mais chances de haver o desenvolvimento de cooperação e reconhecimento das diversidades humanas, bem como na valorização diante da capacitação de trabalho de cada um para a realização no ensino/aprendizagem. Segundo afirma Mantoan na atuação do professor:

A maioria dos profissionais ainda tem uma visão funcional do ensino. Esse profissional tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. É um professor palestrante identificado com a lógica de distribuição do ensino e que pratica a pedagogia unidirecional do “A para B e do A sobre B”, como afirmou Paulo Freire, nos idos de 1978. Esse é o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula. Tudo o que ameaça romper esse esquema é inicialmente rejeitado. [...] Ensinar significa atender às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, o que depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se contrapõe a toda e qualquer visão indirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber. (MANTOAN, 2008, p. 49 – 52)

Diante de todas as pesquisas teóricas com autores envolvidos e interessados em contribuir para que a inclusão seja de fato consumada. Vemos a necessidade de

conscientização e esforço de todos nós seres humanos, ligados à realidade de que fazemos parte de um Mundo repleto de diferenças com as quais convivem. Por que então não aceitá-las?

Com isso, em a relação ao trabalho docente buscamos o conhecimento através da formação continuada, com a responsabilidade de aprimorar os métodos e práticas pedagógicas em sala de aula. Os caminhos para o conhecimento são infinitos, estamos em constante aprendizado. E sobre a formação de professores de educação especial é de suma importância também, a contribuição e orientação da psicologia, enfim a inclusão pode ser um sonho possível.

### III – ANÁLISE DE CAMPO

Embora possa assustar pelo grande número de mudanças e pelo teor de cada uma delas, a inclusão escolar é, como muitos a apregoam, “um caminho sem volta”. A escola prepara o futuro, e, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! (MANTOAN, 2008, p. 61).

Sabemos que a inclusão é um tema que envolve todos nós, pois como diz Mantoan *é um caminho sem volta*, portanto precisamos nos unir na busca de caminhos viáveis para solucionarmos esta questão. A inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no entanto, com essa grande transformação haverá espaço garantido aos alunos que antes sofriam o preconceito e a discriminação. Agora todos podem ter acesso às escolas e direito assegurado por lei, garantindo assim um futuro melhor. Sendo assim todos serão atendidos de forma igualitária sem que haja a exclusão que tanto prejudica o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos alunos. A diversidade existe, e é preciso respeitá-la, aprendendo a valorizar e conviver com as diferenças criando e formando uma sociedade mais justa, humanitária e democrática.

Nesta pesquisa procuramos saber como e se está acontecendo atualmente o processo de inclusão nas Escolas Estaduais e Municipais na rede regular de ensino público, bem como compreender como está sendo realizado o trabalho docente nas escolas com alunos (PNEs) portadores de necessidades especiais. Para tanto, foram pesquisadas duas Escolas Estaduais e duas Municipais, com oito professoras, sendo que seis formadas em Nível Superior, uma terminando o Curso de Pedagogia e outra com o magistério. Abordamos a todos através de um questionário e entrevistas que nos possibilitaram ter uma visão mais ampla principalmente em nosso Município em Pontes e Lacerda – MT no que se refere à inclusão escolar.

Logo que inicie minha pesquisa de Campo percebi que há escolas em que o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais, não tem atendimento, sendo assim fui à busca de escolas que aderiram à causa do processo de inclusão sendo bem recebida e atendida por todos.

Como são oito professoras, depois de ler todas as respostas e conseguir falar com algumas delas, escolhi dentre elas, três que chamaram minha atenção, por isso farão parte de minha análise, porém as outras quatro, também são muito importantes e estarão fazendo parte deste trabalho de pesquisa, para serem apreciadas aos interessados. Tendo em vista os que buscam obter conhecimento da prática docente e almejam aplicar no ensino/aprendizagem uma metodologia de qualidade que venha ao encontro das necessidades de nossos alunos, como também material disponível para reflexão dos que atuam ou vão atuar como professores nas escolas.

Entrevistamos então as professoras denominadas como: professora D, professora F e professora H e perguntamos inicialmente para a professora D que tem 50 anos, sua escolaridade é o 2ª grau completo na modalidade magistério o seguinte:

1. Você já teve contato com alunos portadores de necessidades especiais? Quantos? Que tipo de deficiência? Resposta: Sim, apenas um com deficiência mental.
2. Como você tem trabalhado no ensino/aprendizagem com alunos portadores de necessidades especiais? Comente sobre. Resposta: De forma diferenciada, diferentes tipos de textos, perguntas orais, fichas de leitura, etc.
3. No término de seu curso de Nível Superior, você teve dificuldade ao ministrar suas aulas com alunos (PNEs)? Quais foram as dificuldades? Resposta: Sim. A forma de tratamento, planejamentos diferenciados, comportamento e a aceitação (socialização) de colegas de sala de aula.

4. Você fez algum Curso de Especialização para atender os (PNEs)? Onde? Quando? Qual o tempo de duração do curso? Resposta: Não
5. Se você fez algum curso informe se foi particular ou oferecido pelo governo? Relate como foi? Resposta: (a referida professora deixou em branco).
6. O que você acha da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares? Você acha que funciona? Por quê? Resposta: Não. Porque não estamos preparados para receber este tipo de aluno, como os demais que atendem uma sala de recursos que têm toda a preparação.
7. A seu ver, até que ponto o governo e ou a sociedade estão preocupados com a questão de inclusão? Isto é, a realmente uma ação no intuito de atender, ajudar e participar dos problemas relacionados aos portadores de necessidades especiais? Resposta: Sim
8. Qual a participação da família dos alunos portadores de necessidades especiais com seus filhos e com o professor? Existe assistência social, médica, psicológica para os envolvidos nessa questão? Resposta: Não. O professor tem que fazer o papel de todos principalmente de psicólogo.
9. Com relação aos materiais didáticos para os alunos portadores de necessidades especiais, oferecidos pelo SEDUC tem sido entregue para as escolas, para os professores e os alunos? Quais materiais? Resposta: Não recebemos nenhum material didático que possa facilitar ou auxiliar nosso trabalho.
10. O que você acredita que precisa ser feito para que a inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas funcione? Comente. Resposta: Preparação para professores e o menor número de alunos em sala de aula. Tem sala de aula com 28, 30 alunos e ainda mais dois portadores de deficiência.

A professora F fez especialização em psicopedagogia, mas não especificou qual curso de graduação que fez e tem 37 anos respondeu o seguinte:

1. Você teve contato com alunos portadores de necessidades especiais? Quantos? Que tipo de deficiência? Resposta: Sim, vários. Trabalhei com alunos com dificuldades de fala, audição, mental grave e leve.
2. Como você tem trabalhado no ensino/ aprendizagem especiais? Quantos alunos? Que tipo de deficiência? Resposta: Busco trabalhar com conteúdos de forma a desenvolver mais habilidades que envolvam a oralidade.
3. No término do seu curso do nível superior, você teve dificuldade ao ministrar suas aulas com alunos portadores de necessidades especiais? Quais foram as dificuldades? Resposta: Não. Acredito que cada caso é um caso, q que cada momento é um desafio. Contudo, penso que sempre encontraremos dificuldades, mais que na medida em que formos ganhando experiência poderemos atender melhor.
4. Você fez algum curso de especialização para atender os portadores de necessidades especiais? Onde? Quando? Qual o tempo de duração? Resposta: Meu curso de Pós-Graduação é Psicopedagogia e nele aprendi sobre alguns tipos de necessidades especiais. Em 2004 e 2005.
5. Se você fez algum curso informe se foi particular ou oferecido pelo governo? Relate como foi? Resposta: Penso que é muito importante para eles, entretanto, percebo que nós, enquanto profissionais ainda não temos preparação adequada e materiais próprios para atendê-los com mais qualidade.
6. O que você acha da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares? Você acha que funciona? Por quê? Resposta: O curso que fiz de Pós-Graduação foi particular. Durante o tempo em que fiz o curso foi muito bom, e nele pude aprender muitas coisas, trocando experiências com os colegas e principalmente com os professores.

7. A seu ver, até que ponto o governo e ou a sociedade estão preocupados com a questão de inclusão? Isto é, a realmente uma ação no intuito de atender, ajudar e participar dos problemas relacionados aos portadores de necessidades especiais? Resposta: Vejo que existem muitas pessoas que se preocupam realmente com a questão, mas percebo também que ainda há muito pouco interesse dos governantes. Se eles quisessem podiam melhorar.

8. Qual a participação da família dos alunos portadores de necessidades especiais com seus filhos e com o professor? Existe assistência social, médica, psicológica para os envolvidos nessa questão? Resposta: A relação com a família ainda é muito pequena, quase que nenhuma. Encontramos muita dificuldade nos atendimentos de assistência social, médicos, psicólogos e demais atendimentos.

9. Com relação aos materiais didáticos para os alunos portadores de necessidades especiais, oferecidos pelo SEDUC tem sido entregue para as escolas, para os professores e os alunos? Quais materiais? Resposta: Vou comentar enquanto profissional da educação em sala de aula que desde quando trabalhei pela primeira vez com (PNEs) não recebi nenhum material especializado. Vou me organizando com algum material confeccionado que compro com meu dinheiro.

10. O que você acredita que precisa ser feito para que a inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas funcione? Comente. Resposta: Acredito que além dos cursos preparatórios para todos da escola é necessário também investir mais em material didático, no espaço físico e também na própria sociedade como um todo.

Agora apresentamos as respostas da professora H que está cursando Pedagogia e tem 35 anos de idade:

1. Você teve contato com alunos portadores de necessidades especiais? Quantos? Que tipo de deficiência? Resposta: Sim, aproximadamente 20 alunos. DM, OS, DU, dislexo e DF.

2. Como você tem trabalhado no ensino/ aprendizagem especiais? Quantos alunos? Que tipo de deficiência? Comente sobre. Resposta: Trabalho dando a complementação aos alunos e auxílio o professor no desenvolvimento de sua prática pedagógica.

3. No término do seu curso do nível superior, você teve dificuldade ao ministrar suas aulas com alunos portadores de necessidades especiais? Quais foram as dificuldades? Resposta: Ainda não conclui o curso de Nível Superior. O primeiro contato que tive com alunos (PNEs) foi na sala de recursos, os que tiveram mais (TGD) Transtorno Global do Desenvolvimento.

4. Você fez algum curso de especialização para atender os portadores de necessidades especiais? Onde? Quando? Qual o tempo de duração? Resposta: Fiz e estou cursando o atendimento educacional especializado, através da Universidade Federal do Ceará em 2007 e 2008. O tempo de duração foi de abril à dezembro com carga horária de 180 horas.

5. Se você fez algum curso informe se foi particular ou oferecido pelo governo? Relate como foi? Resposta: Oferecido pelo governo juntamente com a Secretaria Municipal de Educação. Também oferecido pelo CAP (Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual), e pela SEDUC fiz o curso de (TGD).

6. O que você acha da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares? Você acha que funciona? Por quê? Resposta: Acho muito valido, pois se é direito de todos estarem na escola, eles também tem esse direito, pois são alunos que necessitam aprender e tem as potencialidades que precisam ser reconhecidas e trabalhadas com os mesmos, independente da deficiência que o aluno tenha (apresente).

7. A seu ver, até que ponto o governo e ou a sociedade estão preocupados com a questão de inclusão? Isto é, a realmente uma ação no intuito de atender, ajudar e participar dos problemas relacionados aos portadores de necessidades especiais? Resposta: O governo se preocupa renovando as leis e estão procurando vários materiais específicos que atendam a

necessidade de cada aluno como: material para alunos com baixa visão, prancha e papel para escrita de alunos cegos, vários Dvds bilíngües, libras, língua portuguesa, etc.

8. Qual a participação da família dos alunos portadores de necessidades especiais com seus filhos e com o professor? Existe assistência social, médica, psicológica para os envolvidos nessa questão? Resposta: É razoável, tem família que procura assistência social e outra que não. A participação é ativa, eles estão sempre há disposição para auxiliar o professor quando necessário.

9. Com relação aos materiais didáticos para os alunos portadores de necessidades especiais, oferecidos pelo SEDUC tem sido entregue para as escolas, para os professores e os alunos? Quais materiais? Resposta: Geralmente esse material é distribuído diretamente nas escolas, direcionado ao próprio aluno em que esteja cadastrado no Censo Escolar.

10. O que você acredita que precisa ser feito para que a inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas funcione? Comente. Resposta: Que todos os profissionais da escola estejam preparados para receber esses alunos, não só no intuito de incluir na escola através da matrícula, inclui-los em todas as atividades e eventos da escola em que os demais alunos realizem. A questão dos recursos e os materiais não acho, que seja somente culpa e obrigação somente do governo e sim do professor e da escola. Existem materiais (kits fechados) nas escolas em que os professores sequer endereçam em conhecer. É fácil culpar o governo, mais mudar a concepção dos professores ainda está sendo difícil. É importante ressaltar que para inclusão acontecer realmente, é acreditar na igualdade de todos os alunos e em suas potencialidades, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um.

Como podemos observar todos os professores tiveram contato e estão dando aula para alunos portadores de necessidades especiais (PNEs). No entanto a professora D, trabalha sua metodologia com materiais didáticos disponibilizados por ela, fazendo sua prática pedagógica de material tradicional. No que diz respeito a sua prática docente inicial com alunos (PNEs),

percebemos que a mesma encontra-se despreparada para atender os alunos especiais, pois não havia feito nenhum curso que a favorece ou auxiliasse.

Quanto a sua opinião a respeito da inclusão a professora D não é a favor, acredita que não estão preparadas, e quando se refere “a este tipo de aluno”, percebemos que a mesma cria uma rotulagem para o aluno, conseguimos perceber um certo preconceito e discriminação que é dito e classificado de maneira natural, sem perceber que está marcando o aluno com um rótulo de “diferente” dos outros, visto que a professora faz essa diferenciação de maneira inconsciente em torno de sua discursividade. Eni P. Orlandi afirma que:

O preconceito é de natureza histórico-social. Ele se realiza individualmente, mas não se constitui no indivíduo em si. Ele se constitui nas relações sociais, pela maneira como elas se significam e são significadas. Não é um processo consciente e o sujeito não tem acesso ao modo como os preconceitos se constituem nele. Vêm pela filiação a sentidos que ele mesmo nem sabe como se formaram nele. (ORLANDI, 1999, p. 01).

A professora D, afirma e acredita que o governo e a sociedade estão preocupados com a questão do processo de inclusão, bem como com as ações com intuito de atender, ajudar e participar dos problemas relacionados aos portadores de necessidades especiais. No entanto entra em contradição quando diz que não receberão nenhum material da SEDUC, bem como quando afirma que os professores não estão habilitados para atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais e pela falta de cursos para preparação especializada no atendimento dos mesmos, Mantoan (2008, p. 53) afirma que: *O argumento mais freqüente dos professores, quando resistem à inclusão, é não terem sido preparados para esse trabalho, esquecendo que o professor, quando encontra diversidades em seu alunado, procura meios para adaptar suas práticas.*

No processo educativo é necessário que o professor não fique parado no tempo, é preciso buscar conhecimento contínuo, pois a educação passa, incondicionalmente, por

processos de inovações, desenvolvimentos e transformações. O professor precisa atualizar-se e conscientizar-se de que necessita de aperfeiçoamento, não pode ficar estagnados, pois se vamos preparar nossos alunos para o futuro e assim temos que acompanhar essas mudanças educacionais.

Conforme Marcos Mazzotta (1993, p. 15): *A educação de um indivíduo procede de situações capazes de transformá-lo ou de lhe permitir transformar-se.* Cabendo ao professor participar dessa transformação em prol do desenvolvimento no ensino/aprendizagem. Com relação à queixa da professora D sobre a quantidade de alunos que ultrapassam 25 alunos, percebemos neste caso que o governo do Estado, precisa enviar mais recursos para adequar à escola na estrutura física das escolas, na capacitação dos professores através de cursos oferecidos pelo governo do Estado, aumentar a quantidade de materiais na SEDUC para serem entregues às escolas. Bem como oferecer salários dignos para tantas exigências, pois sabemos que com o processo inclusivo aumentou muito a quantidade de trabalho e de alunos para as escolas estaduais e municipais da rede pública. Criam-se as leis em busca de soluções, mas os que estão à frente diretamente envolvidos para tais mudanças, não estão valorizando o seu trabalho.

Percebemos também quando a professora D responde que não há participação da família, da assistência social, do atendimento médico e psicólogo que auxiliem no processo do Projeto Político de Inclusão Social e Educacional, que estes segmentos não estão colaborando, acreditamos conforme afirma a professora D: *O professor tem que fazer o papel de todos principalmente do psicólogo.* Segundo afirma Tereza de Pazos da Silva:

Que professor poderá dar conta desta imensidão de tarefas e que requerem um estar no mundo tão sério? Se dúvida um professor que tenha por um lado uma formação plena e competente que lhe possibilite desenvolver-se a este ponto. Esta não é uma formação estanque e não acontece em apenas um momento, o de sua formação inicial. Não falo aqui da formação continuada nos moldes de receitas para dar aulas. Este processo exige reflexão profunda e passa obrigatoriamente pelas contradições que permeiam a vida e a escola. Por outro lado não basta estar bem formado. Ele precisa de condições materiais satisfatória para a execução de seu trabalho. Boa

remuneração, acesso à informação, condições de trabalho adequadas são fatores imprescindíveis ao professor. (SILVA, 2005, p. 28).

Como podemos perceber do professor é cobrada e exigida toda a responsabilidade para a formação de aluno no ensino/aprendizagem. No entanto, sabemos da importância de nossa qualificação profissional e precisamos estar cientes dessa necessidade, mas temos o direito de condições salariais que favoreçam no desempenho de tantas funções, como excesso de cargas horárias e tempo disponibilizado para que os professores consigam dar sequência em sua formação continuada.

A professora F cuja escolaridade é de Nível Superior e com Especialização, trabalhou com vários alunos portadores de necessidades especiais e percebemos sua especialidade em falar mais sobre o assunto. Sua metodologia desenvolvida na oralidade também mostra interesse de interagir com os alunos e busca a participação de seus alunos, como afirma Mantoan (2008, p. 52), certamente, um professor que engrena a caminhada do saber e dela participa com seus alunos consegue entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um e provocar a construção do conhecimento com maior adequação.

Com relação às dificuldades iniciais para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais, a professora F: *Acredito que cada caso é um caso, e que a cada momento é um grande desafio. Contudo, penso que sempre encontraremos dificuldades, mas que a cada medida em que formos ganhando experiência poderemos atender melhor.* Com certeza este é um perfil docente que respeita e entende as diversidades de seu alunado, bem como não se acomoda com as dificuldades, pois procurou buscar o conhecimento no processo de formação continuada, por seus próprios esforços procurando aprender mais.

A referida professora trocando experiências com outros professores nos faz lembrar Paulo Freire quando afirma: *[...] é preciso, sublinho, que, permanecendo e amorosamente cumprindo o seu dever, não deixe de lutar politicamente, por direitos e pelo respeito à*

*dignidade de sua tarefa, assim como pelo zelo dividido ao espaço pedagógico em que atua com seus alunos. (FREIRE, 2002, p. 161).*

É relevante ressaltar que a Inclusão Educacional possui um valor extremamente benéfico e necessário para o educando, pois, ela promove a interação social dos alunos especiais com ditos “normais” e com isso, criam-se possibilidades de adquirir conhecimentos, e acima de tudo, faz com que os alunos especiais saibam também aceitar suas diferenças sem serem apontados ou menosprezados. E como podemos ver, esta tática é fundamental e importantíssima para o aluno e está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: *Art. 8º, II – distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos dentro do princípio de educar para a diversidade. (Lei 9.394/96).*

Salienta também a professora F, sobre a importância da inclusão escolar para os alunos portadores de necessidades especiais, faz observações pertinentes sobre a necessidade de que o governo esteja também comprometido com a inclusão. Possibilitando cursos de treinamento especializado para todos os professores sem haver exclusão de alguns professores por não estarem efetivados, bem como exigir que os envolvidos neste processo inclusivo cumpram com sua parte como está assegurado na (LDB, Art. 58) 1º: *Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Com relação aos materiais didáticos pedagógicos especializados, é necessário que se aumente a quantidade desses materiais para serem enviados pela SEDUC para as escolas e os professores não havendo assim a necessidade de que os mesmo comprem ou confeccionem com o dinheiro da escola ou salário do professor.*

Se for para ser cobrado da sociedade e dos envolvidos na Comunidade Escolar, que o governo faça a sua parte também, pois a inclusão é um processo que diz respeito a todos, não

é justo que a escola e os professores atuem sozinhos, como também que os recursos não cheguem à “todas as escolas”. A minoria consegue algum material e a maioria não possui, tendo que adequar, adaptar, criar e inventar materiais que possam servir de recurso, dificultando e atrasando mais ainda o ensino/aprendizagem de nossos alunos, como sacrificando o professor na busca de recursos para fazer um trabalho de qualidade.

Percebemos que muitas vezes, o desinteresse e a atitude do governo acabam por desmotivar alguns profissionais da área de educação, mas o amor daqueles que amam, e se identificam naquilo que fazem em sua profissão faz com que não desista jamais.

A professora H, está cursando Pedagogia, relatou-me que ainda não teve contato com a sala de aula, mas está trabalhando em sala de recursos, dando auxílio aos professores na escola. No entanto, pude perceber através de indicações e informações dos professores e de outras escolas que ela presta valorosos serviços, que a mesma é respeitada, admirada e muito conceituada no trabalho que realiza com os alunos portadores de necessidades especiais. Como afirma Antônio Joaquim Severino:

A preparação do educador deve realizar-se, pois, de maneira a torná-lo um profissional qualificado, plenamente consciente do significado da educação, para que possa, mediante o exercício de sua função estender essa consciência aos educadores, contribuindo para que vivenciem a dimensão coletiva e solidária de sua existência. (SEVERINO, 2003, p. 78).

Apesar de nossa entrevistada estar em processo de Formação Pedagógica, a mesma tem conseguido um excelente desempenho em suas funções pedagógicas conquistando toda comunidade escolar. Vimos também que a mesma busca o conhecimento através da Universidade Federal do Ceará, fazendo cursos de capacitação voltados ao atendimento educacional especializado, curso este conseguido, por meio da Secretaria Municipal de Educação oferecido pelo governo e o CAP (Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente

Visual, DEDUD, o Curso TGD), percebemos que a realidade das Escolas Municipais é bem contrária a das Escolas Estaduais.

Podemos observar que o perfil ativo, carinhoso, atencioso e amoroso com que esta professora realiza seu trabalho, faz também a diferença! Com relação aos materiais didáticos especializados, confirma que estão sendo distribuídos nas escolas e para que isto ocorra é preciso que o aluno esteja cadastrado no Censo Escolar, e serão direcionados ao próprio aluno. No que diz respeito ao que a professora H acredita ser necessário para que a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas funcione, a mesma é a favor da inclusão e afirma ser necessário:

Que todos os profissionais da escola estejam preparados para receber esses alunos, não só no intuito de incluir na escola através da matrícula, inclui-los em todas as atividades e eventos da escola em que os demais alunos realizem. A questão dos recursos e os materiais não acho, que seja somente culpa e obrigação somente do governo e sim do professor e da escola. Existem materiais (kits fechados) nas escolas em que os professores sequer endereçam em conhecer. É fácil culpar o governo, mais mudar a concepção dos professores ainda está sendo difícil. É importante ressaltar que para inclusão acontecer realmente, é acreditar na igualdade de todos os alunos e em suas potencialidades, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um. (Profª. H).

Ao abalizarmos e refletirmos sobre o relato desta professora, de início vemos outra realidade que a diferencia as demais: ela não culpa o governo pelos problemas enfrentados como a inclusão e assume a culpa dos professores. Outra questão abordada pela professora H que merece destaque é a valorização da potencialidade. Isto significa ver na diferença, oportunidades de crescimento saindo assim da, já cristalizada visão da escola como espaço de transmissão do saber científico. Escola é espaço de cultura. Segundo declara Tereza Pazos da Silva:

A escola tem um papel que lhe é inerente e que foi historicamente constituído. Cabe a ele transmitir às gerações o legado cultural. Mas de que cultura estamos falando?

Há uma cultura que é universal, diz respeito a todos e deve ser preservada. Temos aqui o legado da ciência. Mas a ciência de hoje não é a ciência de ontem. As verdades cristalizadas se foram. Uma verdade só o é enquanto não surgir outra em seu lugar. Além do mais a verdade de uns não é a verdade de outro. Aqui a cultura perde seu status de universal porque passa a ser relativizada em função de grupos. Algumas descobertas da ciência são de fato universais e dizem respeito a todos, enquanto que outras são particulares e dizem respeito a grupos específicos, povos, nações. A escola não pode privilegiar uma única esfera da cultura e abandonar outra. Há na escola um compromisso com o mundo, com a sociedade e há também um compromisso com o homem, com o indivíduo. (SILVA, 2005. p.27).

A função do professor não é fácil, além de lidar com diversidades da sociedade de modo geral, giram em torno dele muitas cobranças. Vivemos numa Sociedade Capitalista, em que uns são favorecidos, outros lutam para serem favorecidos e a maioria não consegue o direito de ser favorecido.

Esperamos que a solução dos direitos dados à sociedade como um todo, através da Política de Inclusão Social e Educacional, seja de fato um marco histórico em prol dos direitos humanos. No entanto, é preciso concordar com o que diz Tereza Pazos da Silva (2005) *A escola não pode 'privilegiar uma única esfera da cultura e abandonar a outra'*: ou ainda conforme afirma Edília Coelho e Maria Tereza Égler Mantoan, (2008): *não é a criança que deve se adaptar à escola, é a escola que deve se adaptar às diferentes crianças*. Vale a pena ressaltar que, apesar das dificuldades que enfrentamos, a educação é o caminho para solucionarmos as diferenças, pois ser diferente é ser especial.

Contudo, podemos acreditar também que tanto no conhecimento teórico, como na prática docente, teremos algumas dificuldades contraditórias, mas cabe a nós a consciência e a opção de escolha. Este trabalho de pesquisa de campo nos mostrou que temos exemplos, de como está acontecendo, no momento atual, o trabalho docente e a formação dos professores no ensino/aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais, e cabe a nós futuros formandos refletirmos e fazermos nossa escolha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa procurou saber como vem acontecendo o processo de Inclusão Educacional em algumas escolas estaduais e municipais de Pontes e Lacerda – MT, e como os professores estão lidando com os alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula no convívio com os alunos ditos “normais”. Procuramos compreender ainda como desenvolvem sua metodologia no funcionamento e desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e quais os materiais que utilizam no ensino/aprendizagem, como também se tem recebido ajuda e auxílio do governo e dos demais segmentos da sociedade, que auxílio estes necessários para que o processo de inclusão seja concluído.

O trabalho nos mostra que nos defrontamos com muitas barreiras e percebemos muitas irregularidades. As escolas estaduais são as mais atingidas como também aos professores. Percebemos que estes procuram os meios para conseguirem atender ao processo inclusivo, mas quando vão até a SEDUC, não encontram materiais didáticos para os (PNEs), tendo que comprar com o dinheiro da escola ou pela iniciativa do próprio professor que se interessa e aceita os alunos (PNEs) em sala de aula. Há professores que estão despreparados e que o governo aprova leis, mas não as cumpre, e que não há nenhum incentivo por parte do governo para que essa realidade mude apenas mais trabalho.

Com relação às escolas municipais a situação é contrária, há materiais didáticos entregues pela SEMEC nas escolas, os professores, na sua maioria estão sendo beneficiados com cursos de especialização para a inclusão oferecidos pelo governo com o encaminhamento da Secretaria Municipal de Educação e também, oferecidos pelo CAP (Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente), tem até kits fechados que conforme relatou uma entrevistada os professores nem interessam em conhecer. Há também alguns professores que não aderiram ao movimento inclusivo, para trabalhar com os alunos portadores de necessidades especiais

existe. A sala de recursos está organizada e sendo bem atendida como também o professor e o aluno são bem assistidos pelos profissionais de outras áreas.

Diante da realidade de ambas as redes de ensino estadual e municipal evidenciam a prática pedagógica comprovada e assistida no âmbito escolar, apenas a rede municipal nos leva a crer que está havendo apoio preferencial inclusivo nas escolas e excludente nas escolas estaduais.

Diante do exposto, vemos a necessidade de que as autoridades responsáveis pelo projeto de inclusão nas escolas, supervisionem e dêem apoio a todos, sem distinção ou preferência. Para que a política de Inclusão Educacional e Social seja de fato de direito e dever de todos em prol das diversidades sem subterfúgios, sem burocracias e sem corrupção, mas sim com comprometimento e respeito aos que lhe confiara esta responsabilidade.

Como futuros professores, temos que refletir, posicionar e pôr em prática no ensino/aprendizagem, o que aprendemos visando a preparação de nossos alunos na construção do conhecimento científico e cultural, despertando o senso crítico e avaliativo, para que haja comprometimento na formação do homem e do indivíduo enquanto sujeito crítico e formadores de opiniões e reflexivos em vista do melhor para si e para a sociedade num todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R.L.L. *Formação de Educadores: Desafios e Perspectivas*. Editora UNESP: São Paulo, 2003.

BETTI, L. De C. In. MANTOAN, M. T. E. & PIETRO, R. G. *Inclusão escolar: Pontos e Contrapontos*. (Org.) Valéria Amorin Arantes. 2ª edição. Summus Editorial: São Paulo, 2006.

DAVIS, C. & OLIVEIRA, Z. DE. *Psicologia da Educação*. Editora Cortez. 2ª edição: São Paulo, 1994.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. <http://www.cedipod.org.br/salamanca.htm> - Acesso em mar/2008.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. E. *Caminhos Pedagógicos da Inclusão*. Editora Menom: São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Desafio das Diferenças nas Escolas*. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Cotidiano Escolar: Ação Docente Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* Editora Moderna: São Paulo, 2008.

MATO GROSSO, Secretaria de Educação. *Escola Ciclada de Mato Grosso: Novos Tempos e Aspectos para Ensinar – Aprender e Sentir, Ser e Fazer*. SEDUC: Cuiabá, Mato Grosso, 2000.

\_\_\_\_\_. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional*. SEDUC: Cuiabá, Mato Grosso, 2001.

MAZZOTA, M.J.S. *Trabalho docente e Formação de professores de Educação Especial*. EPV Editora Pedagógica e Universitária LTDA: São Paulo, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares, Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília: Distrito Federal, 1999.

MITTLER, P. *Educação Inclusiva e Contextos Sociais*. Editora Artmed: São Paulo, 2000.

MORIN, E. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 2ª edição. Editora Cortez. UNESCO: Brasília, Distrito Federal, 2000.

ORLANDI, E. P. *Preconceito: Laboratório de Estudos Urbanos*. Departamento de Lingüística: UNICAMP, Campinas: São Paulo, 1999.

SILVA, T. de P. *Os (Dez) Caminhos do Professor*. In.: *Roteiro para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos e Monografia*. (Org.) José Leonildo Lima & Tereza de Pazos da Silva. Editora UNEMAT: Mato Grosso, 2005.

WERNECK, C. *Meu Amigo Down*. Editora WNA: Rio de Janeiro, 1994.

## ANEXOS

### PESQUISA DE CAMPO SOBRE O TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS COM OS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

**Profissão: Professora A**

**Idade: 32 anos**

**Escolaridade: 3º grau completo**

**Sexo: Feminino**

- 1) Você teve contato com alunos portadores de necessidades especiais? Quantos? Que tipo de deficiência? Sim. Vários alunos, vários tipos. (DM Deficiente Mental, Auditivo, Visual, Físico, Mental e Físico)
- 2) Como você tem trabalhado no ensino/ aprendizagem especiais? Quantos alunos? Que tipo de deficiência? De várias maneiras, com vários tipos de materiais principalmente com o concreto. Depende muito do tipo de deficiência.
- 3) No término do seu curso do nível superior, você teve dificuldade ao ministrar suas aulas com alunos portadores de necessidades especiais? Quais foram às dificuldades? Nenhuma, pois sempre trabalhei com alunos especiais.
- 4) Você fez algum curso de especialização para atender os portadores de necessidades especiais? Onde? Quando? Qual o tempo de duração? Sim. Pontes e Lacerda. 2007. 240 horas.
- 5) Se você fez algum curso informe se foi particular ou oferecido pelo governo? Relate como foi? Fiz vários cursinhos. Oferecido pelo governo. Foi ministrado pela acessória pedagógica
- 6) O que você acha da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares? Você acha que funciona? Por quê? Acho bom por uma parte e difícil por outra. Bom, porque interagem os especiais com os demais em um contexto social. E difícil, pois não as maiorias dos funcionários não estão preparadas para lidar com esses alunos e as escolas não se dispõem de materiais necessários.
- 7) A seu ver, até que ponto o governo e ou a sociedade estão preocupados com a questão de inclusão? Isto é, a realmente uma ação no intuito de atender, ajudar e participar dos problemas relacionados aos portadores de necessidades especiais? Em partes.
- 8) Qual a participação da família dos alunos portadores de necessidades especiais com seus filhos e com o professor? Existe assistência social, médica, psicológica para os envolvidos nessa questão? Em minha classe, a família é sempre presente. Que eu saiba, não.

9) Com relação aos materiais didáticos para os alunos portadores de necessidades especiais, oferecidos pelo SEDUC tem sido entregue para as escolas, para os professores e os alunos? Quais materiais? Não tenho conhecimento.

10) O que você acredita que precisa ser feito para que a inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas funcione? Comente. Precisa de mais cursos para os profissionais, mais apoio da família e mais materiais e assistência da área de saúde.

### **RESPOSTAS DAS PERGUNTAS OBTIDAS DOS PROFESSORES DE ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA – MT**

**Profissão: Professora B**

**Idade: 35 anos**

**Escolaridade: Pedagogia**

**Sexo: Feminino**

1- Sim, Uma aluna. Deficiência auditiva.

2- Como não sou habilitada a trabalhar com portadores de necessidades especiais, não trabalhei com aluna de forma diferenciada. Desenvolvi as mesmas atividades que usava com os alunos, com ela também. Apenas orientava – a para que corrigi-se o que eu passava na lousa.

3- Como não estou preparada a trabalhar com portadores de necessidades especiais, encontrei dificuldades sim. Principalmente na comunicação.

4- Não.

5- (Sem resposta, a professora deixou em branco)

6- É muito importante para que haja interação com ambos (professores e alunos). Funciona desde que, tenha um interprete ou professor especializado na área.

7- Não vejo preocupação por parte do governo ou sociedade. Se houve-se salas de recurso em cada escola, para atenderem as necessidades desses alunos.

8- Muito pouca participação. E não só da família. Não há assistência social, médica ou psicológica.

9- Tem sido entre a professora da sala de recursos, pois a mesma tem condições e sabe trabalhar com esses alunos, afinal, a professora ministra as aulas em dias alternados da semana. Os materiais são: Material dourado, Apostilas e Cartazes em libras.

10- Que sejam oferecidos aos educadores cursos de aperfeiçoamento; que haja pelo menos um professor especializado em cada escola para atender esses alunos; que as famílias se aproximem com mais frequência na escola, se preocupem mais, participando de encontros e também do desenvolvimento de seus filhos na escola e na sociedade.

**Profissão: Professora C**

**Idade: 57 anos**

**Escolaridade: Pós - Graduação**

**Sexo: Feminino**

- 1- Sim; 02; Mental e Física.
- 2- Através de trabalho diferenciado, com muita atenção e procurando sempre mantê-los juntos dos outros alunos.
- 3- As dificuldades foram porque eu não estava preparada para trabalhar com crianças especiais.
- 4- Não.
- 5- Deixou em branco
- 6- Legal; funciona, porque o aluno especial juntamente com os outros alunos tem mais possibilidade de adquirir um nível de conhecimento.
- 7- Sim; pois tanto o governo como a sociedade fez com que acontecesse a inclusão nas escolas.
- 8- A participação da família é ótima; e quando a assistência social e outras se existem não é do meu conhecimento.
- 9- Sim, materiais didáticos, tintas para pintura, jogos e outros.
- 10- Acredito que precisa haver cursos de capacitação para os professores trabalharem com esses alunos com mais confiança, oferecendo a eles um ensino de qualidade.

**Profissão: Professora D**

**Idade: 50 anos**

**Escolaridade: 2º Grau completo no Magistério**

**Sexo: Feminino**

- 1- Um. Deficiência Mental
- 2- De forma diferenciada, diferente tipos de textos, perguntas orais, fichas de leitura, etc.
- 3- Sim. A forma de tratamento, planejamentos diferenciados, comportamento, aceitação dos colegas de sala.
- 4- Não.
- 5- Deixou em branco
- 6- Não. Porque não estamos preparados para receber este tipo de aluno, como os demais que atende uma sala de recursos que têm toda a preparação.
- 7- Sim.
- 8- Não. O professor tem que fazer o papel de todos principalmente do psicólogo.
- 9- Não recebemos nenhum material didático que possa facilitar ou auxiliar no nosso trabalho.

10- Preparação para os professores e o menor número de aluno em sala de aula. Tem sala de aula com 28, 30 alunos e ainda mais 2 portadores de deficiências.

**Profissão: Professora E**

**Idade: 24 anos**

**Escolaridade: 3º Grau completo**

**Sexo: Feminino**

1- Sim, mais ou menos 50 alunos, com deficiências: Mental, Auditiva, Visual e Déficit de aprendizagem.

2- Trabalhei na sala de recurso com os PNE, o ensino aprendizagem funciona através de material concreto, atividades diferenciadas da sala de aula que respeitem o tempo e necessidades de cada aluno, pois muitos alunos levaram anos para ler, escrever e contar. É essa visão que precisa ser mudada nos professores, respeitar as diferenças de cada aluno.

3- No Brasil já temos leis e resoluções que garantem aos cursos de Educação fonoaudióloga o atendimento/ ensino sobre educação especial, sabemos que esta realidade parece distante, pois não temos apoio/ contato com estudos sobre os PNEs, bem como coordenadores sem contatos com PNEs, sendo convidada para trabalhar na sala de recurso.

4- Formei-me no ano passado, por isso comecei um curso de especialização neste ano.

5- Os cursos oferecidos pelo governo são para efetivos, ou quando encaminhados para assessoria ou secretaria de educação, são indicados professores de seu convívio.

6- Como trabalho com esses alunos, posso dizer que essa inclusão não está ocorrendo, pois os PNE necessitam não só da sala de recursos, mas que os professores onde estes alunos estão inseridos mudem sua visão de que necessitam de atividades e acompanhamento diferenciados.

7- Sabemos que as leis são bem elaboradas, mas o nosso município conta com número insuficiente de fonoaudiólogos, e psicólogos para fazer o próprio encaminhamento dos PNEs, em muitos casos os próprios pais não aceitam a deficiência ou a necessidade especial de seus filhos, não temos associações ou intuições que discutam ou orientem os pais e professores quanto ao que fazer ou como ajudar os PNEs.

8- Percebo que em muitos casos os alunos PNEs são criados por seus avós, pessoas em que sua maioria sem instrução alguma para ajudar essas crianças, ou por pais que não aceitam que seus filhos sejam PNEs.

9- Em nossa escola temos materiais interessantes distribuídos pelo MEC, como: jogos de memória, dominós diversos (animais, contas, etc.), jogos lúdicos, carimbos, quebra – cabeças, jogos de numerais, note book para a ajuda de alunos com baixa visão ou cegueira, espelho para DA mesas redondas e computadores na sala de recursos.

10- É um longo processo, pois quando lemos sobre a inclusão percebemos que a APAE só deveria atender os deficientes severos, mais funcionários, diretores, coordenadores, pois sei que muitos estudam sobre a educação inclusiva, mas saber e praticar são coisas muito diferentes.

**Profissão: Professora F**

**Idade: 37 anos**

**Escolaridade: especialização**

**Sexo: Feminino**

1- Sim, vários. Trabalhei com alunos que possuíam dificuldades de fala, audição, mental grave e leve.

2- Busco trabalhar os conteúdos de forma que desenvolva mais as habilidades que envolva a oralidade.

3- Não. Acredito que cada é um caso, e que a cada momento é um grande desafio. Com tudo, penso que sempre encontraremos dificuldades, mais que a cada medida em que formos ganhando experiência poderemos atender melhor.

4- Meu curso de pós – graduação é psicopedagogia e nele aprender sobre alguns tipos de necessidades especiais. Em 2004 e 2005.

5- O curso que fiz de pos – graduação foi particular. Durante o tempo em que fiz o curso foi muito bom, e nele pude aprender muitas coisas, trocando experiências com os colegas e principalmente com os professores.

6- Penso que é muito importante para eles, entre tanto, percebo que nós, em quanto profissionais ainda não temos preparação adequada e materiais próprios para atende – luz com mais qualidade.

7- Vejo que existem muitas pessoas que se preocupam realmente com a questão, mas percebo também que ainda há muito pouco interesse do governante. Se eles quisessem podiam melhorar.

8- A relação da família ainda é pequena, quase que nenhuma. Encontramos muita dificuldade nos atendimentos de assistência social, médicos, psicológica e de mais atendimentos.

9- Vou comentar em quanto profissional em sala de aula que desde quando trabalhei pela primeira vez com portadores de necessidades especiais. Não recebi material especializado. Vou me organizando com algum material que é confeccionado com meu próprio dinheiro.

10- Acredito que além dos cursos preparatórios, para todos da escola é necessário também investir mais em material didático, no espaço físico e também na própria sociedade como um todo.

**Profissão: Professora G**

**Idade: 23 anos**

**Escolaridade: Superior Completo**

**Sexo: Feminino**

- 1- Sim. Vários e com vários tipos de deficiência.
- 2- Depende de qual é a deficiente de cada um. Com o surdo, é preciso trabalhar o campo visual. Com o DM é preciso procurar o melhor meio de fazê-lo alcançar conhecimentos igualmente. Fazemos isso usando coisas que eles gostem de usar.
- 3- Sim, pelo fato de ser uma experiência nova. Dificuldades de comunicação.
- 4- Alguns, com duração de 40 horas.
- 5- Geralmente se você é professor interino, você que tem que correr atrás de cursos e pagar de seu próprio bolso.
- 6- Funciona desde que haja participação e apoio de todos, desde a família até o governo, caso contrário, seria apenas fingir que esses alunos estão sendo inclusos.
- 7- A sociedade em partes se preocupa, mais ainda há uma certa resistência em aceitá-la. Existem muitos discursos bonitos, mas na prática as coisas às vezes são diferentes.
- 8- Muito pouca participação dos pais.
- 9- Muita demora se não ficarmos constantemente atrás de materiais, não temos.
- 10- Deixar que os discursos se tornassem realidade.

**Profissão: Professora H**

**Idade: 35 anos**

**Escolaridade: Cursando Pedagogia**

**Sexo: Feminino**

- 1- Sim, aproximadamente 20 alunos. DM, PS, DU, dislexo e DF.
- 2- Trabalham dando a complementação e aos alunos e auxílio professor no desenvolvimento de sua prática.
- 3- Ainda não conclui o curso de nível superior. O primeiro contato que tive com alunos que possuem necessidades educacionais especiais foi na sala de recursos, os que tiveram mais TGD = transtorno global do desenvolvimento.
- 4- Fiz e estou cursando o atendimento educacional especializado, através da Universidade Federal do Ceará em 2007 e 2008. O tempo de duração foi de Abril há Dezembro com carga horária de 180 horas.
- 5- Oferecido pelo governo juntamente com a Secretaria Municipal de Educação. Também oferecido pelo CAP (centro de apoio pedagógico ao deficiente visual, SEDUC, o curso de TGD).

- 6- Alunos que necessitam aprender e tem as potencialidades que precisam ser reconhecidas e trabalhadas com os mesmos, independente da deficiência que o aluno tenha (apresente).
- 7- Atendam a necessidade de cada aluno como: material para alunos com baixa visão, prancha e papel para escrita de alunos cegos, vários Dvds bilíngües, libras, língua portuguesa, etc.
- 8- É razoável, tem família que procura assistência social e outra que não. A participação é ativa, eles estão sempre há disposição para auxiliar o professor quando necessário.
- 9- Geralmente esse material é distribuído diretamente nas escolas, direcionado ao próprio aluno em que esteja cadastrado no Censo Escolar.
- 10- Escola. Existem materiais (kits fechados) nas escolas em que os professores sequer endereçam em conhecer. É fácil culpar o governo, mais mudar a concepção dos professores ainda está sendo difícil. É importante ressaltar que para inclusão acontecer realmente, é acreditar na igualdade de todos os alunos e em suas potencialidades, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um.